



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

**PARECER Nº 303/CG/CMPV-2025**

<b>PROCESSO ELETRÔNICO</b>	00600-00035737/2025-31-e
<b>ORIGEM:</b>	DFD Nº 3/2025 – DAF/CMPV (e-DOC EDF9CFDC)
<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de placas de identificação visual, carimbos, molduras, letreiros, chaves e demais serviços correlatos.
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>	R\$ 39.950,00
<b>ASSUNTO:</b>	Análise quanto à Dispensa de Licitação.
<b>PARECER JURÍDICO:</b>	Nº 63/PG/CMPV/2025 (e-DOC 1CC5FADF)

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCSO, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº 00600-00035737/2025-31-e, advindo da Douta procuradoria Geral, que trata da Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de placas de identificação visual, carimbos, molduras, letreiros, chaves e demais serviços correlatos à sua execução, com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme Termo De Abertura De Processo (e-DOC DA368065), documento de Formalização da Demanda – DFD Nº 03/2025-DCPA (e-DOC EDF9CFDC), acompanhado do Estudo Técnico Preliminar retificado nº 03/2025 (e-DOC 0DD05907) e do Termo de Referência retificado Nº 03/2025(e-DOC AE3FC8FC), cujos serviços a serem adquiridos segue



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

descrito conforme ANEXO I – Descritivo Técnico e Estimativa de Quantitativos fl. 13 – 17.

No e-DOC 0DD05907 – Peça 17, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 07/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional n.º 14.133/2021), contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento, a manifestação sobre a viabilidade da contratação e, ainda, no anexo II, o Mapa de risco que identifica potenciais problemas(ex.: atraso no cronograma, aumento de preços, questionamentos no certame) e respectivas ações preventivas/contingenciais.

No e-DOC AE3FC8FC – Peça 18, constata-se o Termo de Referência nº 03/2025 como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto “contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de placas de identificação visual, carimbos, molduras, letreiros, chaves e demais serviços correlatos à sua execução”, o que realmente foi solicitado.

Consta, nos e-DOC 4FF08B33 – Peça 08, as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios(e-DOC 688AD86D), elaborado pela Divisão De Compras E Instrução Processual, devidamente assinado pelo servidor Derlon Diogenes Marim – Chefe divisão de compras e instrução processual, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **“BRAGA E TEIXEIRA LTDA CNPJ: 07.554.206/0001-02, com o valor total R\$ 39.950,00 (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta reais),** conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

EMPRESA PROPONENTE	VALOR DA PROPOSTA
<b>BRAGA E TEIXEIRA LTDA CNPJ: 07.554.206/0001-02</b>	<b>R\$ 39.950,00</b>
VISUALIZE COMUNICAÇÃO VISUAL CNPJ: 31.789.214/0001-12	R\$ 41.328,00
PROARTE PLACAS CNPJ: 22.954.542/0001-36	R\$ 42.950,00
<b>MEDIA PREÇO TOTAL (R\$)</b>	<b>R\$ 41.409,33</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

---

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 130/PG/CMPV/2025 (e-DOC 4D5FF8B5F - peça 25), doutrinando através do art. Art. 75, caput, inciso II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação, ressaltando que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que *“esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por DISPENSA, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa.”*

No e-DOC D1471F92 – peça 20, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 32/2025 – no elemento 33903000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA –, **no valor TOTAL de R\$ 39.950,00 (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta reais)**, atendendo assim, o que declina o artigo 150 da respectiva Lei de Licitação, que assim reza:

**Art. 150.**

**Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.**

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo farta documentação da empresa ofertante do menor preço, como se observa nos e-DOC CB7BAC55 – Peça 10 e e-DOC 67BDD2CF– Peça 11, tais como certidões negativas exigidas em leis – devidamente atualizadas quando do envio da cotação de preços, todavia não foi acostada aos autos a respectiva confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser autenticadas e atualizadas por ocasião do pagamento da despesa pela Divisão de Contratos –, constando também documento de habilitação, tais como contrato social e documento dos sócios.

No e-DOC D1066208, encontra-se acostado a análise técnica da comissão permanente de licitação acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

---

pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

**Encaminhe-se:**

**A**  
**PROCURADORIA GERAL**

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

**AO**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA:**

- 1- Tomar conhecimento deste parecer; e
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa

**A**  
**DIVISÃO DE ORÇAMENTO:**

Emitir nota de empenho no valor total de R\$ 39.950,00 (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta reais), no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no e-DOC D1471F92 – peça 20, discriminando serviços conforme ANEXO I – Descritivo Técnico e Estimativa de Quantitativos(fl. 13 – 17) – do termo de referência retificado nº 03/2025 (e-DOC AE3FC8FC), observando as orientações dessa Controladoria.

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 23 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**Ivair Martins Passarinho**  
**Controlador Geral CMPV**  
**Dec. 555/2025**



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 23/09/2025, 11:17:20